

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DE GOIÁS

Sheila Marli de Melo Rezende¹

Frankcione Borges de Almeida²

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida³

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander⁴

RESUMO: O objetivo principal desse artigo é realizar uma revisão bibliográfica e uma proposta metodológica para avaliar as efetividades sociais das políticas públicas para os agricultores familiares do estado de Goiás. Os programas escolhidos pelas suas representatividades sociais e econômicas para o campo e especificamente para a agricultura familiar, sujeito deste trabalho, são o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), o Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar. Também será abordado o Programa Bolsa Família, que não se trata da temática da segurança alimentar, mas que é um programa social de grande inserção no meio rural, especificamente para os agricultores familiares, e com a hipótese que tem efeitos significativos em elementos de segurança alimentar dos agricultores familiares do território em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Meio Rural; Agricultura Familiar; Efetividade; PNAE; PAA; Programa Bolsa Família.

ABSTRACT: The main objective of this paper is to review literature and a methodological proposal to evaluate the effectiveness of social policies for small farmers in the state of Goiás programs chosen for their representativeness for the social and economic field and specifically to the family farm, subject of this work are the National School Feeding Programme (PNAE), the Food Purchase Program (EAP) Family Farming. Also discussed will be the Family Grant Program, which is not the issue of food security, but that is a great social program integration in rural areas, specifically for family farmers, and with the hypothesis that has significant effects on matters of food safety the farmers of the territory in question.

KEYWORDS: Public Policy, Rural, Family Farming; Effectiveness; PNAE; PAA; Family Grant Program.

¹Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás; Economista do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia - Campus da UFMA em Imperatriz – MA; sheila.mrezende@hotmail.com

²Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás, Professora do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde; frankcione@brturbo.com.br

³ Pós-doutor na área de Políticas e Desenvolvimento Rural, Professor adjunto da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – UFG e Pesquisador do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA; manoel77@yahoo.com.br

⁴Doutor em Ciências Agrárias, Professor titular da Faculdade Alfa, Pesquisador da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – UFG e Pesquisador da Embrapa ; alcidowander@msn.com

1 INTRODUÇÃO

O artigo proposto irá trabalhar um assunto contemporâneo e de grande relevância a ser debatido pela sociedade, ou seja, a discussão da efetividade das políticas sociais para os agricultores familiares. Um dos maiores desafios do governo é conciliar o crescimento econômico com a erradicação da pobreza, principalmente no meio rural, salientando a necessidade de diminuir a desigualdade social e setorial. Uma vez que os problemas relacionados com as classes sociais menos favorecidas são considerados como uma dívida social que requer a atenção e atuação tanto do governo, quanto dos cientistas políticos e da sociedade em geral. Tendo em vista, a importância da inclusão social e econômica desse grupo no processo produtivo, na comercialização e no consumo de bens e serviços, contribuindo para melhoria de vida destas famílias.

A pesquisa se justifica, pelo fato de que nos últimos trinta anos, os agricultores familiares estiveram marginalizados da agenda do setor agrícola. Tendo em vista que desde a década de 50 com o processo de modernização da agricultura, a ação do governo teve como foco desenvolver uma agricultura moderna, inovadora e cada vez mais integrada às agroindústrias a montante e a jusante, desenvolvendo o agronegócio brasileiro, responsável por trazer divisas ao país. Deixando de lado, os agricultores e trabalhadores rurais vinculados a política de reforma agrária, assim como a uma agricultura atrasada e sem resultados significativos para a economia do país.

Os produtos propostos nesse novo trabalho serão caminhos importantes de avaliação continuada e de transferência de conhecimento aos poderes públicos e privados dessas políticas sociais tão relevantes para os atores envolvidos do meio rural, especificamente para os produtores familiares, abrindo uma ampla agenda de pesquisa no mestrado em Agronegócio da EA/UFG.

Para isso, no presente artigo será abordado o aspecto das políticas públicas e sociais, os indicadores de políticas públicas, a importância da avaliação das políticas públicas, o PNAE, PAA e Programa Bolsa Família, com a hipótese que tem efeitos significativos em elementos de segurança alimentar¹ dos agricultores familiares do território em questão.

2 METODOLOGIA

¹ Elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais como: nível de segurança alimentar, saúde, escolaridade, redes de cooperação, trabalho, renda, pluriatividade, formação de redes de proteção social, autoconsumo, condições da moradia, práticas ambientais mais sustentáveis, bens duráveis, acesso ao crédito, dentre outros (Cf. ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, *Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas*, 2009. p. 49)

Foi desenvolvido um trabalho de revisão bibliográfica para um entendimento dos conceitos empregados no decorrer do artigo, além da proposta metodológica para avaliar as efetividades sociais das políticas públicas para os agricultores familiares do estado de Goiás.

A pesquisa bibliográfica, ou de fatos secundários, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]. (LAKATOS, 2001, p. 183).

No sentido que é dado por Vergara (2005), segundo esta abordagem metodológica, pelo fato do objeto de pesquisa de ser um assunto com base em material publicado em livros, revistas, jornais, artigos científicos, teses de mestrado e de doutorado.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

O debate sobre políticas públicas se realiza em uma arena envolvendo vários atores com interesses diversos e como resultado, tem-se a política propriamente dita. Dessa forma, estão inseridos nessa arena, os cientistas políticos, com o papel de questionar a importância e validade de tais políticas públicas; o governo e a sociedade representada por grupos de interesses, essa última responsável pela demanda e o primeiro pelo debate em plenário, pela formulação, aprovação e em uma última instância ocorre à avaliação, se de fato houve eficiência, eficácia e efetividade dessas políticas públicas.

Fazer política pública exige no mínimo o atendimento de demandas sociais da população, necessitando de apoio político para aprovação das mesmas, envolvendo grupos de interesses, tendo reflexos em alguns setores da economia.

Lowi *citado por* Hocham (2007, p. 68) fornece uma definição clássica sobre a política pública que é uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas.

Os primeiros estudos sobre o tema surgiu na Europa e nos Estados Unidos, mas tendo enfoques diferentes. Souza *citado por* Hocham (2007, p. 67) afirma que na Europa, que a política pública surge a partir de estudos das teorias explicativas sobre o papel do Estado e do

governo, já nos Estados Unidos, não se estabelece relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, enfatizando os estudos sobre a ação dos governos.

De acordo com Frey *citado por* Tude (2000), o termo “política” em língua inglesa possui três dimensões de significação: uma dimensão institucional (*polity*), uma dimensão processual (*politics*) e uma dimensão material (*policy/policies*). Foi em 1936, que área de políticas públicas foi divulgada por H. Laswell, H Simon, C Lindblom e D. Easton. Política Pública deriva do inglês “*public policy*”.

A abordagem utilizada no presente artigo refere-se à dimensão material, ou seja, à materialização das propostas inseridas nos programas políticos, relacionados com os problemas técnicos e imediatos para atender as demandas da sociedade.

Nesse sentido, Ruas (2012) exemplifica os vários tipos de demandas da sociedade.

As demandas podem ser, desde reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, as demandas de participação no sistema político, como reconhecimento de voto dos analfabetos, acesso a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, direitos de greve, até demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para o comportamento dos agentes públicos e privados. (RUAS, 2012 p 02)

Dessa forma, fica evidente que os gestores de políticas públicas são influenciados pela pressão e mobilização da sociedade civil no que tange o atendimento das demandas sociais.

4 POLÍTICAS VOLTADAS PARA AGRICULTORES FAMILIARES

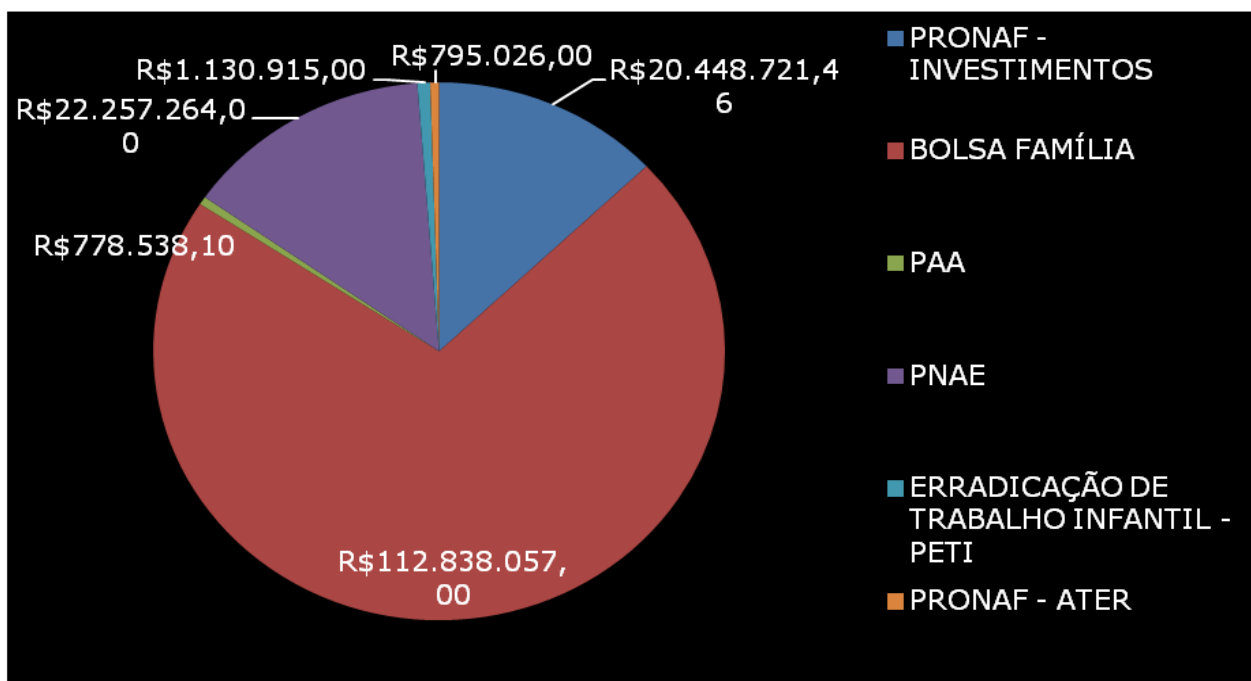
As políticas de transferência de renda podem ter papel relevante na melhoria das condições sociais dos agricultores familiares, especialmente entre aqueles em situação de extrema pobreza.

Um das hipóteses levantadas neste estudo é de que os efeitos dessas políticas na área rural são diferenciados da área urbana. Os programas escolhidos pelas suas representatividades sociais e econômicas para o campo e especificamente para a agricultura familiar, sujeito deste trabalho, são o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), o Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar e Programa Bolsa Família (PBF).

Ainda dentro das hipóteses levantadas é de supor que estes programas contribuem para a redução da insegurança alimentar e da fome. A seguir apresentar-se-á um breve conceito destes programas, apresentação da evolução dos mesmos e o volume dos recursos transferidos para o estado de Goiás.

De acordo com o portal da transparência verificamos que mais de 50% dos recursos transferidos para o estado de Goiás pertence ao PBF dada à dimensão e o alcance do mesmo junto às famílias carentes do meio urbano e rural como mecanismo de inclusão econômica e social. No gráfico abaixo, pode-se constatar este fato.

Gráfico 01 - Transferências de Recursos para o estado de Goiás em 2012.



Fonte: Portal da Transparência

A seguir apresenta-se um breve histórico, conceito e objetivos desses programas, seguido também de alguns dados das ações e alguns gráficos do PAA que demonstram a evolução por região.

4.1 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 07/05/2008. Dentre

seus objetivos destacam-se a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, o acesso a uma alimentação diversificada para uma população em insegurança alimentar e nutricional. O Programa valoriza a produção e a cultura alimentar das populações, dinamizando a economia local, a formação de estoques estratégicos, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e preservação da biodiversidade.

O PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20/11/2003), comunidades indígenas e pescadores artesanais.

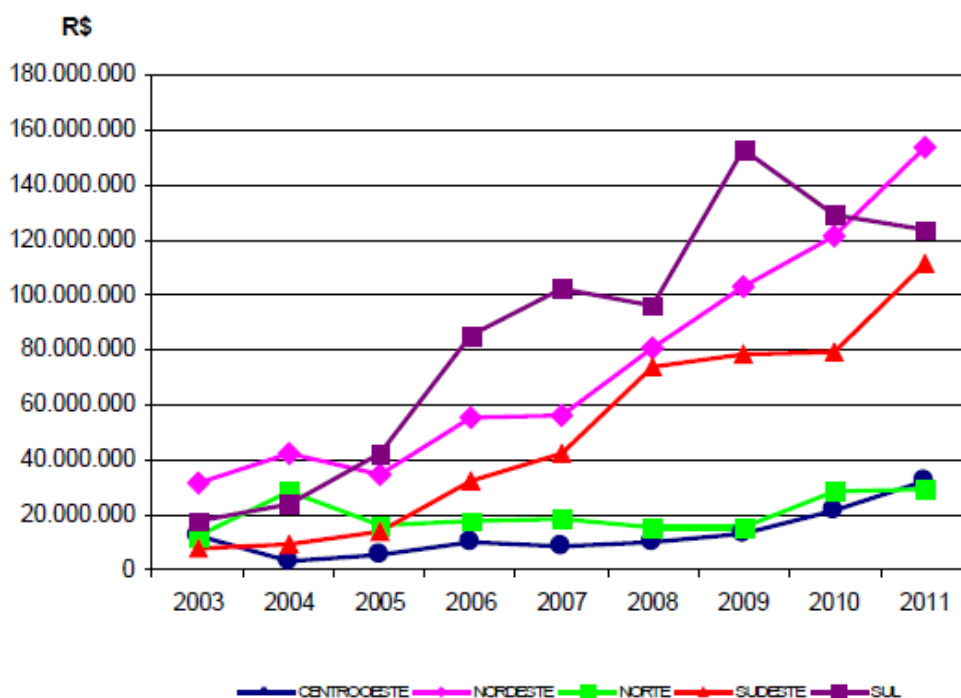
As modalidades de aquisição previstas pelo PAA incluem a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação, a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque, e PAA-Leite (Apoio à produção para o consumo do leite) e a Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF. As três primeiras são operacionalizadas pela Conab e os dois últimos instrumentos são executados pelos estados e municípios, por meio de convênios estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o PAA garante renda aos agricultores familiares, promove a segurança alimentar e ajuda a movimentar as economias locais. Além disso, dá outra contribuição à política de superação da extrema pobreza: a produção comprada abastece equipamentos públicos e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2011, mais de 28,8 mil entidades foram beneficiadas, com as 492,2 mil toneladas de alimentos adquiridos de 162.283 agricultores familiares, em todo país.

Como um dos objetivos do artigo é avaliar as efetividades sociais das políticas públicas para os agricultores familiares do estado de Goiás, entendemos que quando analisamos a evolução do PAA nas regiões brasileiras (gráfico 02), verificamos que a região Centro-Oeste, na qual o estado de Goiás está inserido, apresenta um crescimento considerável nos últimos 3 anos, mas quando comparado com as outras regiões percebemos que falta

organização social e acesso de informação por grande parte dos agricultores familiares da região.

Gráfico 02 – Evolução do PAA nas regiões



Fonte e Elaboração: SUPAF/GECAF.

De acordo com os resultados das ações divulgados pela CONAB em 2011, o PAA tem apresentado evolução nos últimos anos, apesar de não ter alcançado na sua totalidade os valores disponibilizados no orçamento da União, tem contribuído para a geração de renda dos agricultores familiares e garantido a segurança alimentar da população do meio urbano e rural, além de cooperar com a biodiversidade, com a aquisição de alimentos oriundos de comunidades indígenas e extrativistas, proporcionando uma inclusão social e econômica dessas comunidades.

4.2 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Foi criado em 1954 pelo MEC, conforme Artigos 205 e 208, inciso VII, Constituição Federal/88. É um dos mais antigos programas de suplementação alimentar em execução no

País. Seu objetivo é assegurar aos pré-escolares e escolares, na faixa etária de 07 aos 14 anos, o atendimento de 15% das suas necessidades nutricionais diárias.

Mantido pelo Governo Federal e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como Merenda Escolar, é o maior projeto do mundo na área de alimentação, atendendo 21% da população brasileira.

O PNAE Contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos e permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

Ainda segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o PAA e o PNAE, além de garantir o acesso a uma alimentação diversificada para uma população em insegurança alimentar e nutricional, também cumprem um importante papel de apoio à comercialização, tendo em vista, que proporcionam a inserção da agricultura familiar no mercado. Possibilitando a promoção e valorização dos agricultores familiares, até então, excluídos do processo de comercialização imposto pelo modelo produtivista.

4.3 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$70 reais mensais, e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Segundo o MDS diversos estudos apontam para a contribuição do programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza, tendo como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar.

O Programa possui três eixos principais: 1) Transferência de renda: alívio imediato da pobreza; 2) Condicionalidades: Reforçam o acesso a direitos sociais básicos na área da educação, saúde, e assistência social; e 3) Programas Complementares: Objetivam o

desenvolvimento das famílias de modo que os benefícios consigam superar a situação de vulnerabilidade.

De uma forma geral, pesquisas realizadas sobre o tema como a do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que entrevistaram 5 mil titulares do cartão Bolsa Família, em 229 municípios de todas as regiões do país, mostram efeitos positivos do Programa sobre a alimentação e inclusão social. Uma das conclusões refere-se a gastos com a alimentação. A ampla maioria dos titulares, 94%, são mulheres, sendo que, 64% dos titulares são pretos e pardos, 50% vivem no Nordeste. Mais de 55% das famílias beneficiadas estão sob a condição de insegurança alimentar grave e moderada, o que faz com que a maior parte da renda proveniente do Programa seja destinada a gastos com a alimentação. As relações de trabalho investigadas revelam a ausência de oportunidades de trabalho para este grupo e que o recebimento do benefício não fez com que 99,5% das famílias deixassem de exercer alguma atividade (IBASE, 2008).

Diversos estudos apontam que as avaliações positivas ou negativas do PBF, é inegável e traz resultados relevantes no que diz respeito a exclusão de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza. Na área rural existe um desafio ainda maior que seria a geração de condições estruturantes que permitam a inclusão dessas famílias na sociedade, garantindo uma educação no campo, qualificação dessas famílias através de cursos que possibilitariam o acesso do mercado de trabalho, melhorando as condições de vida e minimizando o êxodo rural.

5 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com a UNICEF (1990) citado por Cunha (2006), avaliação, trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos.

O objetivo da avaliação é orientar os tomadores de decisão, no que diz respeito quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

Segundo Almeida (2008), a avaliação tem sido instrumento de gestão valioso para o conhecimento e a viabilização de programas e projetos, para o redirecionamento, quando se fizer necessário, de seus objetivos, até mesmo para a reformulação de rumos e propostas,

fornecendo subsídios para tomadas de decisão, a avaliação das políticas não pode simplesmente ser apenas um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas principalmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.

Segundo Silva (1999), o motivo mais imediato do interesse pela avaliação de atividades de governo seria a preocupação com a efetividade, isto é, com a aferição dos resultados esperados e não-esperados alcançados pela implementação dos programas. O segundo motivo seria o de entender o processo pelo qual os programas alcançaram ou não esses resultados, analisando a dinâmica da intervenção estatal e os problemas concretos advindos da implementação. Outros motivos relevantes seriam a aprendizagem organizacional das instituições públicas sobre suas atividades, a tomada de decisão sobre a continuidade ou não dos programas e, ainda, a transparência, qualidade e *accountability* na gestão dos recursos públicos (responsabilização dos gestores por decisões e ações implementadas).

Benini (2011, p. 334) destaca que:

O referencial de Análise de Política Pública surgiu nos Estados Unidos nas décadas de 1960-1970, em função do crescente interesse dos fazedores de política (*policy makers*) e dos acadêmicos em explicar o processo de elaboração das políticas públicas.

Nos últimos anos o Brasil, a Gestão Pública vem utilizando os indicadores de políticas públicas, como resposta ao interesse da sociedade que tem buscado acompanhar e fiscalizar o gasto público, exigindo o uso mais eficiente, eficaz e efetivo do mesmo. A legislação vigente e as novas tecnologias de informação contribuem para a disseminação da informação administrativa compilada por órgãos públicos e a informação estatística produzida pelas agências especializadas.

Segundo Jannuzzi citado por Traldi (2011) ressalta a importância dos indicadores² como instrumentos que permitem “revelar” a eficácia e a efetividade social dos programas.

De acordo com Traldi (2011, p. 48) para avaliação dos resultados da eficácia há um conjunto de indicadores que permite entender e avaliar o resultado concreto da política através de:

² Um indicador consiste em um valor usado para medir ou acompanhar a evolução de algum fenômeno ou o resultado de processos sociais. Indicadores podem ser produzidos com base em resultados de pesquisas de avaliação e estes também expressam certas condições relativas à *estrutura*, *processos* e *resultados* (indicadores de impactos e efeitos) de acordo com as dimensões do estudo a partir do qual são produzidos (DRAIBE, 2001 apud ALMEIDA, 2008).

- *Indicadores quantitativos* (objetivos): valores quantificáveis, como cifras absolutas, taxas, proporções, médias, índices ou distribuições por classes, que permitem mensurar os efeitos (respostas) concretos da ação da Política, e;
- *Indicadores qualitativos* (subjetivos): que dizem respeito a uma apreciação, a um juízo de valor que um indivíduo ou um grupo de pessoas faz da ação da política.

O PBF, PAA e PNAE são programas que tem como objetivo principal assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar. Um dos métodos de análise comumente empregado para medir a situação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) destaca-se as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos. Neste estudo será aplicado questionário através da metodologia da Rede Alimenta³ da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para avaliar a efetividade destes programas na SAN dos agricultores familiares do estado de Goiás. A metodologia utilizada classificará os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar (SA), insegurança alimentar leve (IA leve), insegurança alimentar moderada (IA moderada) e insegurança alimentar grave (IA grave).

No quadro a seguir, serão apresentados alguns indicadores de impacto do PBF, PAA e PNAE na (In) Segurança Alimentar dos agricultores familiares do estado de Goiás.

QUADRO 1 – Categorias de Análise para Indicadores de impacto do PBF, PAA e PNAE na SAN dos agricultores familiares do estado de Goiás.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES
Segurança Alimentar	1) Beneficiários: a) Nível (grau) de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA)
EBIA x Características socioeconômicas e sócio-demográficas	1) Beneficiários: a) Renda familiar per capita b) Situação conjugal do (a) titular c) Raça/cor da pele do (a) titular d) Escolaridade do (a) titular e) Situação de trabalho do (a) titular f) Tipo de moradia g) Acesso à saneamento básico (coleta de lixo, rede de esgoto) h) Acesso à água (abastecimento, tratamento)

³ O questionário da Rede Alimenta, na qual engloba o método da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), possibilita o cruzamento com variáveis sócio-demográficas, padrão de consumo, local de moradia, redes de proteção social, trabalho e renda, que abrirá brechas analíticas ao desenvolvimento do trabalho (ALMEIDA, 2008).

	<ul style="list-style-type: none"> i) Acesso à energia elétrica j) Construção domiciliar k) Proteção social ou apoio l) Condições de saúde
EBIA x Alimentação	<p>1) Beneficiários:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Formas de acesso à alimentação b) Consumo alimentar (quantidade, variedade, frequência) c) Doenças associadas à alimentação d) Propriedade da terra

Fonte: Modificado de ALMEIDA (2008).

Assim, as questões imediatas e centrais a serem respondidas pelos estudos de avaliação seriam: Em que medida os objetivos propostos na formulação do programa são ou foram alcançados na implementação? (eficiência) e Como o programa funciona e quais os motivos que levam ou levaram a atingir ou não os resultados? (aplicabilidade, efetividades, entraves e eficácia). A partir dessas questões gerais, os estudos podem responder tópicos mais específicos: informações para o processo decisório, aprendizagem organizacional e a continuidade sem rupturas devido às mudanças de gestores. (aprimoramento e continuidade). (SILVA, 1999; SILVA, 2002).

É dessa forma que os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade se revelam importantes, ao subsidiarem a tradução da avaliação do planejamento, do desenvolvimento e da execução da política pública como um todo.

Vale ressaltar que a gestão de políticas públicas exige cada vez mais de novas fontes de recursos e seriedade por parte dos gestores no momento da adoção de tais políticas, ou seja, a política pública além de sair do papel e deve ter efetividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada política pública formulada pressupõe uma arena de poder, uma rede de atores, uma estrutura decisional, uma agenda de reivindicações e um contexto institucional diferente. A agenda de reivindicações composta pelas demandas sociais é considerada o item de maior peso na formulação de políticas públicas pela ótica de se tentar resolver a desigualdade social e setorial que se perpetua no país.

Observa-se que o interesse do governo na avaliação dos programas e das políticas públicas está relacionado à preocupação na transparência de suas ações. Além disso, os estudos de avaliações podem fornecer aos gestores públicos informações relevantes, sobre a eficácia, a eficiência, a efetividade dessas políticas à sociedade.

De acordo com estudos, relatórios das ações e do volume de recursos aplicados apresentados pelo governo pode-se afirmar que as políticas disponíveis contribuem para melhorar a família que está em situação de pobreza, e vive no meio rural, atualmente.

As hipóteses que nortearam o trabalho até então produzido sustenta-se em uma revisão de literatura. No entanto como o estudo é preliminar para a produção de dissertação, para confirmar a efetividade do PBF, juntamente com as ações do PAA e PNAE para agricultores familiares no estado de Goiás faz-se necessário a realização de uma pesquisa de campo.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar**: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. 2006. Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235.

BENINI, Édi... [et al] (organizadores). **Gestão pública e sociedades**: fundamentos e políticas de economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/63590760/6/conceitos-e-ferramentas-para-analise-de-politica-publica>>. Acesso em: 27 mai. de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Ministério**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/o-ministerio>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. Governo Federal. **Fome Zero**. Disponível em: <<http://www.brasilemmiseria.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. Governo Federal. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/planilhas>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CUNHA, Carla Giane Soares. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais**: tendências recentes e experiências no Brasil., 2006. Disponível em: <www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>. Acesso em: 31 jul. de 2012.

HOCHAM, Gilberto (org). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas. **Documento síntese**. Junho de 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/segal-repercussões-do-bolsa-família.pdf>>. Acesso em: 31 de julho de 2012.

IBGE. 2006. **Senso Agropecuário**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 31 de julho de 2012.

_____. 2010. **Segurança Alimentar**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RUAS, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. Disponível em: vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/.../pol_publicas.PDF. Acesso em: 28 de julho de 2012.

SILVA, Pedro L. B. (coord.) **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários**: relatório final. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1999.

SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson R. **A Avaliação de Programas Público**: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SILVA, Pedro L. B.; MELO, Marcus A. B. **O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação e programas e projetos. Campinas, NEPP-UNICAMP, 2000.

TRALDI, D. R. C.. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP**: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. 2011.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Araraquara: Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

TUDE, João Martins. **Conceitos Gerais de Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www2.videolivreria.com.br/pdfs/24132.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas. 2005.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 180 p.

Nota:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_23_11_42_24_sumario_paa_2011.pdf, Ações do PAA em 2011. Acesso em: 31 jul. de 2012.